

Desenvolvimento local solidário: o desenvolvimento sustentável possível

Jacqueline Rutkowski

O Desenvolvimento Sustentável (DS) vem sendo apresentado como resposta às preocupações mundiais relativas ao futuro do planeta, cada vez mais se busca implementá-lo, mas não há um modelo definido de como ele deve ser alcançado. Para alguns há incompatibilidade entre DS e os pressupostos e valores da economia neoclássica (CARNEIRO, 2005; HINKELAMERT, 2005; ALTVATER, 2005; MONTIBELLER Fº, 2004; O'CONNOR, 1994). Para outros basta ampliar a visão para além do mercado, incluindo outras instituições (AMAZONAS, 1994), ou se pensar estratégias diferenciadas para a implementação do DS, já que sua centralidade estaria na questão ética (SACHS, 2004, GUIMARÃES, 1997, AMAZONAS, 2002), social e política (ZHOURI *et al*, 2005, ACSERALD, 2000).

O DS é ainda um campo em construção, e por isso a dificuldade em torná-lo operacional. Identificar um modelo de empreendimento econômico sustentável, que viabilize o desenvolvimento local em regiões onde a conservação de recursos naturais é forte componente de restrição à aplicação de modelos tradicionais de desenvolvimento, como é o caso da Amazônia, é um desafio ainda maior. O esforço de identificá-lo, porém, pode não só auxiliar a definição mais clara de políticas públicas para a geração de trabalho e renda nestas regiões, e, portanto de inclusão social de parcelas significativas daquela população, como facilitar a adesão de amplas comunidades à defesa da conservação do patrimônio natural brasileiro, já que são comuns resistências baseadas no contraponto entre preservação e desenvolvimento.

Parece-nos que a dificuldade de concretizar o DS não é um problema meramente conceitual ou instrumental. A fim de entender essa questão e buscar alternativas práticas, partimos do resgate histórico da construção do conceito de Desenvolvimento Sustentável e das diversas visões da ciência econômica em relação ao tema, avaliando as dificuldades de se implementar tal tipo de desenvolvimento a partir da análise da questão ambiental como campo de forças (BORDIEU, 1994) e de uma visão plural da economia (POLANYI, 1988). Assim, o método empregado foi o de revisão bibliográfica e reflexão sobre o tema do Desenvolvimento Sustentável e, posteriormente, em consequência desta, sobre economia social e solidária, com pesquisas em livros, revistas, teses e dissertações, e outras publicações em bibliotecas físicas e virtuais.

A análise do DS do ponto de vista das teorias econômicas leva-nos ao aparente paradoxo da necessidade de se retirar a economia do centro deste debate. Explicando melhor: mudar a ênfase comum de se enxergar a economia sob a égide do racionalismo econômico que vê a mão do mercado em todas as escolhas e atitudes, e entender o processo econômico em sua forma substantiva e não somente formal, o qual envolve um conjunto de instituições e resultados possíveis e desejáveis, em uma visão plural da economia (POLANYI, 1988). Isso nos leva a concluir que a criação de excedentes nem sempre é o objetivo buscado em uma ação econômica, assim como o crescimento econômico não é a única forma de se promover o desenvolvimento. O argumento aqui é para uma mudança de ênfase. Não o formal, mas o substantivo elemento do sustento, em toda a sua aparente incerteza deveria ser o centro das teorias sociológicas dos processos econômicos (POLANYI; ARENSBERG; PEARSON, 1971) ou daquelas teorias nas quais a economia é somente um dos diversos processos sociais genéricos, como é o caso do DS. Afinal, os problemas ambientais são problemas socialmente construídos por meio de processos coletivos e não o produto de condições objetivas facilmente visíveis e identificáveis, como muitas vezes o debate da sustentabilidade de recursos naturais e do meio ambiente quer nos fazer crer (ACSERALD, 2000).

Dessa forma, discutir a implementação do DS significa discutir as formas sociais de apropriação e uso desses recursos e ambiente, com a sustentabilidade tornando-se o critério normativo para a reconstrução da ordem econômica (LEFF, 2006). Assim, a economia se vê imersa em um sistema físico-biológico mais amplo que a contém e a condiciona. Porém, esse questionamento não tem sido capaz de desconstruir a racionalidade econômica vigente, com o discurso do DS procurando estabelecer um terreno comum para uma política capaz de atender diferentes interesses, que confunde no termo sustentabilidade o conceito de sustentável e de sustentado, e que continua promovendo o crescimento econômico ilimitado e a compulsão ao consumo. Entretanto, a sustentabilidade deveria estar enraizada em bases ecológicas, em identidades culturais e em territórios, onde os atores sociais poderiam exercer seu poder de controle da degradação ambiental e mobilizar recursos em projetos autogerenciados para satisfazer suas necessidades. (BURNINGHAM; O'BRIEN, 1994; ZAOUAL, 2003).

Isso demandaria uma nova racionalidade, uma racionalidade ambiental, capaz de promover “um novo paradigma produtivo” (LEFF, 2006, p. 408), concretizado em um empreendimento produtivo de novo tipo. Assim, mais do que discutir como melhor adaptar os processos produtivos aos requisitos de normas ambientais cabe retirar a economia formal do centro do debate e iniciar a discussão e a definição de um empreendimento inserido em uma “outra economia” (CATTANI, 2003). Há, então que se construir um novo modelo de

produção, baseado em uma produtividade de outro tipo já que a maximização do lucro pelo aumento da escala de produção parece ser incompatível com a noção de recursos naturais esgotáveis. Assim como a eficiência baseada na redução de custos parece ser incongruente com a incorporação de cuidados e tecnologias e, portanto, de custos adicionais, direcionados à preservação ambiental e à saúde ocupacional dos trabalhadores, considerando-se o tripé da sustentabilidade (GRAF, 2005).

Isso significa optar pela heterodoxia metodológica (RUTKOWSKI; LIANZA, 2004), levando-nos a operar no âmbito da economia social, solidária e popular, onde os empreendimentos representam uma nova forma social de produção (GAIGER, 2004) e não têm um caráter unicamente econômico, mas são parte de um projeto integral de organização comunitária com o econômico servindo como meio para a realização do objetivo do empreendimento que pode ser prioritariamente social, cultural, político ou ecológico e onde a utilização de padrões comunitários e relações sociais e de práticas profissionais na forma de organização proporcionam autonomia institucional e uma sociabilidade comunitário-pública baseada em práticas recíprocitárias (BECKER, 2004; FRANÇA F^o). Sendo assim, cabe às políticas públicas ambientais fortalecer o diálogo com formas alternativas de desenvolvimento (SANTOS, 2002) que hoje acabam por serem tratadas meramente como políticas de assistência social, e, portanto, de caráter paliativo, ou como ineficientes, já que avaliadas sob os indicadores da velha noção produtivista de mundo. Isso proporcionará a criação de alternativas concretas para a inclusão social de parcelas significativas da população que vive no entorno de Unidades de Conservação, já que permitirá criar trabalho e renda por meio de empreendimentos efetivamente sustentáveis.

Tornar a Economia Social e Solidária uma política de implementação do Desenvolvimento local Sustentável, exigirá mudanças de enfoque e de práticas e o uso de métodos novos que garantam a necessária “orquestração das ciências” (MARTINEZ –ALIER, 1999) e a prática de uma ciência com as pessoas (THIOLLENT, 1997). Há também muito a ser construído para garantir a prosperidade dos empreendimentos solidários e de seus membros, condição fundamental para viabilizar a proposta como alternativa para a inclusão social de populações do entorno. Há ainda, por exemplo, que ser fortalecida uma outra governança, específica para as necessidades desta outra economia, para suprir, tal como se faz para a empresa capitalista tradicional, suas necessidades de infra-estrutura, capacitação/formação, recursos financeiros, legislação, etc. Esse esforço deveria ser agregado às atividades de gestão das Unidades de Conservação, nos moldes propostos pela IUCN para os PECs – *Primary environmental care projects* (BORRINI-FEYERABEND, 1997). Pois,

manter a dissociação entre conservação e desenvolvimento, característica dos modelos tradicionais de criação e implantação de Unidades de Conservação tem se demonstrado uma política frágil que favorece o isolamento. Juntar esforços para a mudança de enfoque da política de desenvolvimento a ser promovida pelo Estado, pode, ao contrário, tornar-se uma forte estratégia para a conservação do patrimônio natural brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSERALD, Henry, Sustentabilidade e Território. In: HERCULANO S.; PORTO M. F. S; FREITAS C. M (orgs.) Qualidade de Vida & Riscos Ambientais. Niterói: Eduff., 2000. p. 49-88.
- ALTVATER, Elmar, A teoria marxista e os limites do crescimento. In: PROCÓPIO, Argemiro(ed.) Relações Internacionais : Os excluídos da Arca de Noé. RJ: Editora Hucitec, 2005.p.163-192.
- AMAZONAS, Mauricio de Carvalho, Economia do meio ambiente – uma análise da abordagem neoclássica a partir de marcos evolucionistas e institucionalistas. 1994.215 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.
- _____, Desenvolvimento Sustentável e teoria econômica: o debate conceitual nas perspectivas neoclássica, institucionalista e da economia ecológica. In: NOBRE, Marcos; AMAZONAS, Mauricio de Carvalho, Desenvolvimento Sustentável: a institucionalização de um conceito. Brasília: Ed. IBAMA, 2002. p.107-286
- BECKER, Bertha K., Amazônia – geopolítica na virada do III milênio. RJ : Garamond Universitária, 2004.168p.
- BORDIEU, Pierre Razões Práticas – sobre a teoria da ação. SP: Papirus Editora, 1994.283p.
- BORRINI-FEYERABEND, Grazia (ed.), Beyond Fences: Seeking Social Sustainability in Conservation, Gland : IUCN, 1997, 2 vols.
- BURNINGHAM, Kate; O'BRIEN, Martin, Global Environment Values and Local Contexts of Action. Sociology, Vol.28, n.4, , p.913-32, nov.1994.
- CARNEIRO, Eder Jurandir, Política Ambiental e a ideologia do Desenvolvimento Sustentável. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens;. PEREIRA, Doralice B, A insustentável leveza da política ambiental - desenvolvimento e conflito socioambientais. BH: Ed. Autêntica, 2005.
- CATTANI, Antonio David (org.), A outra economia. POA: Veraz Editores/UNITRABALHO, 2003.295p.
- FRANÇA Fº, Genauto Carvalho & LAVILLE, Jean-Louis, Economia Solidária – uma abordagem internacional. POA: Editora da UFRGS, 2004.199p.

- GAIGER, Luiz Inácio, Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil. POA: Editora da UFRGS, 2004.417p.
- GRAF,Roberta, Política Transversal Ambiental: experiências na Amazônia brasileira. 2005. 251f.Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica). Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- GUIMARÃES, Roberto Pereira, Desenvolvimento Sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas.In: BECKER,B & MIRANDA, M.(Org.). A geografia política do Desenvolvimento Sustentável. RJ: Editora UFRJ , 1997. p. 13-44.
- HINKELAMERT,Franz, O antropocentrismo ocidental e o desastre ecológico. In: PROCÓPIO, A.(ed.). Relações Internacionais : Os excluídos da Arca de Noé. RJ: Editora Hucitec, 2005. p193-208.
- LEFF, Enrique, Racionalidade Ambiental – a reapropriação social da natureza.RJ: Editora Civilização Brasileira, 2006. 555p.
- MARTINEZ –ALIER, Juan, The Socio-ecological Embeddedness of Economic Activity: The Emergence of a Transdisciplinary Field. In: BECKER, Egon; JAHN, Thomas (eds.),Sustainability and the social sciences. UNESCO/ ISOE. London: Zed Books, 1999. p.112-139.
- MONTIBELLER Fº,Gilberto, O mito do Desenvolvimento Sustentável- meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Florianópolis : Editora da UFSC, 2004.306p.
- O’CONNOR, James, Is sustainable capitalism possible? In: O’CONNOR,Martin(ed.), Is capitalism sustainable? – political economy and the politics of ecology. NY: The Guilfor Press, 1994. p152-173.
- POLANYI, Karl, A grande transformação. RJ: Ed. Campus, 1988. 304p.
- POLANYI, Karl; ARENSBERG, Conrad M.; PEARSON, Harry W. (eds.), Trade and market in the early empires . NY: Gateway Edition, 1971. 353p.
- RUTKOWSKI, Jacqueline & LIANZA, Sidney, Sustentabilidade de empreendimentos solidários: que papel espera-se da tecnologia? In: BRASIL, Fundação Banco do; FINEP; PETROBRAS. (Orgs.).Tecnologia Social - uma estratégia para o desenvolvimento. RJ: DP&A, 2004p.167-186.
- SACHS, Ignacy, Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado. RJ:Garamond Universitária / SEBRAE, 2004.151p.
- SANTOS, Boaventura de Souza, Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista. RJ: Civilização Brasileira, 2002.514p.
- THIOLLENT, Michel Pesquisa-Ação nas Organizações. SP: Editora Atlas, 1997. 164p.
- ZAOUAL Hassan, Globalização e Diversidade Cultural. SP: Ed. CORTEZ, 2003.120p.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens;. PEREIRA, Doralice B., Desenvolvimento, Sustentabilidade e Conflitos Socioambientais In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens;. PEREIRA, Doralice B., A insustentável leveza da política ambiental - desenvolvimento e conflito socioambientais. BH: Ed. Autêntica, 2005.237p.